O AUXÍLIO RECLUSÃO COMO INSTRUMENTO NA EFETIVAÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

THE ASSISTANCE IN SECLUSION AS AN INSTRUMENT IN THE EFFECTIVENESS OF SOCIAL JUSTICE

Anna Laura Yabuuti de Liz 1
Heloísa Waleska Amariz Medrado 2
Thiago Franco Oliveira 3

Resumo: O artigo analisa o benefício previdenciário do auxílio-reclusão como instrumento de justiça social, considerando sua função de garantir subsistência aos dependentes do segurado recolhido à prisão. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com base na legislação vigente e em discursos políticos recentes. Aponta-se que, apesar de sua relevância, o auxílio-reclusão é cercado por estigmas e desinformações, como a ideia equivocada de que se destina a sustentar criminosos. O estudo esclarece os critérios legais para concessão do benefício, o cálculo do valor com base nos salários de contribuição anteriores à prisão e a duração conforme o tipo de dependente. Destaca-se, ainda, que o benefício é temporário e exige comprovação documental. A pesquisa investiga o contexto histórico de criação, as formas de financiamento e os impactos das falas do ex-presidente Jair Bolsonaro, que reforçaram preconceitos e colocaram em dúvida a legitimidade do auxílio. Conclui-se que o benefício é essencial para a proteção social de famílias em situação de vulnerabilidade, sendo necessário combater a desinformação e valorizar sua função no sistema previdenciário.

Palavras-chave: Vulnerabilidade Social. Previdência. Estigmatização. Exclusão. Políticas Públicas.

Abstract: The article analyzes the social security benefit known as imprisonment aid as an instrument of social justice, considering its role in ensuring the livelihood of dependents of the incarcerated contributor. The research adopts a qualitative approach, based on bibliographic and documentary sources, supported by current legislation and recent political discourse. It points out that, despite its relevance, the benefit is surrounded by stigma and misinformation, such as the mistaken belief that it is intended to support criminals. The study clarifies the legal criteria for granting the benefit, the calculation of its value based on the contributor's average income before imprisonment, and the duration according to the type of dependent. It also highlights that the benefit is temporary and requires proper documentation. The research explores the historical context of its creation, funding mechanisms, and the impact of statements made by former president Jair Bolsonaro, which reinforced prejudice and questioned the legitimacy of the benefit. It concludes that this aid is essential for the social protection of families in vulnerable situations, making it necessary to combat misinformation and to value its role within the social security system.

Keywords: Social Vulnerability. Social Security. Stigmatization. Exclusion. Public Policy.

1 - Acadêmica do Curso de Direito na Universidade Federal do Tocantins - UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6861572850383916>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8937-1437> E-mail: anna.laura@mail.uft.edu.br

2 - Acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal do Tocantins - UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6686947859240521>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4332-9197>. E-mail: heloisa.amariz@mail.uft.edu.br

3 - Professor do curso de Direito - UFT e orientador nas pesquisas acerca de Direito Previdenciário. Mestre em Desenvolvimento Regional-UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4966937598272951>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4119-6073>. E-mail: thiago.franco@uft.edu.br

Introdução

Em linhas gerais, o auxílio-reclusão é um benefício devido aos dependentes de segurados que encontram-se reclusos e que se encaixam em seus requisitos de admissibilidade, de modo a resguardar o entendimento firmado por meio do princípio da intranscendência da pena, isto é, entende-se que os efeitos da condenação não devem ultrapassar a pessoa do condenado. Em palavras simples, nesse cenário, a prisão do réu contribuinte, não deve afetar sua família, estando essa salvaguardada na ausência de seu provedor.

Salienta-se ainda que sua expressão se apresenta não apenas na Lei Federal nº 13.846/19, mas também na Constituição Federal deste país, tendo em vista que trata-se de uma maneira de evitar lesão ou restrição aos demais direitos que não são cerceados em decorrência do encarceramento. Conforme menciona Pinheiro et al. (2014), o contexto político de 2018 desencadeou debate acerca do sistema penitenciário e da segurança pública brasileira, incidindo nessa discussão as garantias concedidas através do Estado aos indivíduos inseridos nesse sistema. Como resultado direto dessas discussões fora constatado que a população brasileira desconhece as condicionalidades para o acesso a esse auxílio, de modo a fortalecer preconceitos e perpetuar os questionamentos acerca da legitimidade do direito em comento.

Segundo Juliana Paiva¹, os direitos estabelecidos no Brasil visam atender também às Regras de Tratamento Mínimo de Prisioneiros, elaboradas pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1955, estando entre eles, os definidos pela Lei de Execução Penal, que versam a respeito da garantia à alimentação, ao trabalho, à saúde, à assistência (material, jurídica, educacional, social e religiosa) e à previdência social.

Ante ao exposto, torna-se evidente que a presente pesquisa tem como objetivo analisar o auxílio-reclusão como instrumento de efetivação da justiça social, destacando seus alicerces legais, os estigmas sociais que o cercam e os impactos de discursos políticos recentes na percepção pública sobre o benefício. A metodologia utilizada é explicativa, com abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e documental. No mesmo sentido, a justificativa da pesquisa reside na necessidade de promover uma compreensão mais precisa e cristalina sobre o tema, a fim de contribuir para a superação de preconceitos e de maneira subsidiária, à valorização dos direitos sociais no contexto prisional brasileiro.

Desenvolvimento

Do contexto histórico do surgimento do auxílio-reclusão

O auxílio-reclusão possui sua gênese em um contexto histórico no qual a reestruturação da Previdência Social era proeminente, levando-se em conta que ocorria a institucionalização, por meio do Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPs), cuja filiação não se dava mais por empresas, mas por categorias profissionais. Assim sendo, o ano de 1933 é marcado pelo surgimento deste benefício, mais especificamente através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), aclarando-se, de modo geral, a máxima de que sua origem decorreu em virtude da consciência de uma categoria específica de trabalhadores acerca de sua vulnerabilidade ao risco do encarceramento, instituindo-se como peculiar instrumento de solidariedade (Chies; Passos, 2015).

Em 1934 houve uma alteração concretizada através do Decreto nº 24.615, seguida posteriormente pela criação de um segundo Decreto, sendo este o de nº 54, que instituiu a regulamentação do auxílio-reclusão como uma rede de segurança, uma vez que os dependentes dos associados que estivessem no contexto de encarceramento teriam a possibilidade de pleitear esse auxílio.

No entanto, é apenas em 1960 que o instituto se generaliza através da Lei nº 3.807 de

1 PAIVA, Juliana. Auxílio-Reclusão: um direito restrito. Revista Katálysis. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 120-129, jan./jun. 2014.

26 de agosto de 1960, também conhecida como Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), mantendo sua natureza de seguro social e edificando o entendimento de que sua vinculação estaria condicionada à contribuição previdenciária, conferindo maior clareza ao tema por meio da redação de seu artigo de nº 43, *in verbis*:

Art. 43. Aos beneficiários do segurado, detento ou recluso, que não perceba qualquer espécie de remuneração da empresa, e que houver realizado no mínimo 12 (doze) contribuições mensais, à previdência social prestará auxílio-reclusão na forma dos arts. 37, 38, 39 e 40, desta lei.

§ 1º O processo de auxílio-reclusão será instruído com certidão do despacho da prisão preventiva ou sentença condenatória.

§ 2º O pagamento da pensão será mantido enquanto durar a reclusão ou detenção do segurado o que será comprovado por meio de atestados trimestrais firmados por autoridade competente. (Brasil, 2001).

Além disso, é em 1988 que o benefício adquire o status de constitucional por meio do texto, que fora modificado, do inciso I do artigo 201 da lei supramencionada, pois, segundo ele, a prisão do segurado insere-se entre os demais riscos sociais que deveriam receber cobertura dos planos de previdência.

Pouco mais de duas décadas depois, no ano de 2013, fora apresentada proposta de Emenda Constitucional nº 304/2013, pela deputada federal Antônia Lúcia Câmara, para que o inciso IV do artigo 201 da Constituição e o artigo 203 em seu inciso VI viessem a ser alterado e acrescido, respectivamente, de modo que extinguiria-se o auxílio-reclusão e criaria-se benefício à vítima de crime, conferindo a seguinte alteração:

“[...] VI- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa vítima de crime, pelo período que for afastada da atividade que garanta seu sustento e, em caso de morte da vítima, conversão do benefício em pensão ao cônjuge ou companheiro e dependentes da vítima, na forma da lei.

Parágrafo Único. O benefício de que trata o inciso VI deste artigo não pode ser acumulado com benefícios dos regimes de previdência previstos no art. 40, inciso X e art. 201.”

Do auxílio reclusão

Como já explicitado em momentos anteriores, existem requisitos de admissibilidade para que se possa pleitear o auxílio-reclusão, não sendo uma opção disponível a todos os detentos na condição de condenado. A vista do exposto, destaca-se que o benefício limita-se ao valor de um salário mínimo e é pago apenas aos indivíduos que comprovem dependência econômica de segurado do INSS que possua baixa renda, não esteja usufruindo de outros benefícios, tais como o auxílio-doença, aposentadoria e pensão por morte, e que esteja cumprindo prisão em regime fechado ou semiaberto, vide Memorando-Circular Conjunto nº 2 /DIRBEN/PFE/DIRAT/INSS, desde que a prisão tenha ocorrido até 17 de janeiro de 2019.

Com vistas à relação valorativa do benefício, infere-se que seu caráter possui noções relacionadas à essencialidade, uma vez que na grande maioria dos cenários esse valor é utilizado para suprir necessidades básicas de sobrevivência da família que não pode mais contar com o apoio de seu provedor, e que independentemente deste, precisa obrigatoriamente ter sua dignidade enquanto pessoa observada, resguardada e respeitada.

Dos critérios para concessão do auxílio reclusão

Conforme o disposto no art. 201, inciso IV, da Constituição Federal, o salário-família e o auxílio-reclusão devem ser pagos aos dependentes dos segurados de baixa renda. São considerados dependentes: o cônjuge ou companheiro(a), os filhos menores de 21 anos, os filhos inválidos ou com deficiência intelectual, mental ou deficiência grave, os pais do segurado e, na ausência destes, os irmãos menores de 21 anos ou irmãos inválidos ou com deficiência intelectual, mental ou deficiência grave. Contudo, os pais somente terão direito ao benefício caso o segurado não possua cônjuge ou filhos. Da mesma forma, os irmãos só poderão ser beneficiários se inexistirem dependentes de classes anteriores, como os pais.

Tem-se também um período de carência para que o benefício seja concedido, ou seja, há um número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. Sendo assim:

O auxílio-reclusão, cumprida a carência prevista no inciso IV do caput do art. 25 desta Lei que corresponde a 24 meses de contribuição, será devido, nas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado de baixa renda recolhido à prisão em regime fechado que não receber remuneração da empresa nem estiver em gozo de auxílio-doença, de pensão por morte, de salário-maternidade, de aposentadoria ou de abono de permanência em serviço (Brasil, 2019, art. 80).

A exigência de, no mínimo, 24 contribuições mensais é uma norma recente. Portanto, é essencial observar as datas, uma vez que, anteriormente, não havia tempo mínimo de contribuição. Essa nova regra aplica-se apenas aos segurados presos a partir de 18 de junho de 2019.

Para os detentos com menos de 24 meses de contribuição, o benefício será concedido aos dependentes por até quatro meses. O mesmo prazo máximo aplica-se aos casos em que a união estável ou o casamento tenha duração inferior a dois anos.

Em 2022, conforme dados apresentados por Santos (2023), apenas 3% dos 661.915 presos em regime fechado ou com direito a saídas diurnas recebiam o auxílio-reclusão no Brasil. Quando se considera o total de detentos, incluindo os que cumprem pena em regime domiciliar, esse percentual cai para 2%. Segundo a professora Kenia Figueiredo, da Universidade de Brasília, esse número reduzido de beneficiários está diretamente relacionado ao perfil predominante dos encarcerados: homens negros, com idades entre 18 e 29 anos, que enfrentam grandes obstáculos para inserção no mercado de trabalho formal. Como o auxílio-reclusão é pago pelo INSS e destinado exclusivamente aos segurados contribuintes, a baixa participação desses indivíduos na economia formal limita substancialmente o acesso ao benefício, afetando diretamente políticas sociais vinculadas à contribuição previdenciária.

Para a concessão do auxílio-reclusão, é necessário que o segurado esteja preso em regime fechado ou semiaberto. Além disso, o artigo 80 constante na Lei nº 13.846/2019 determina que o segurado não pode acumular o auxílio-reclusão com remuneração, auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

Em relação à renda máxima para a concessão do benefício, o INSS estabelece um limite baseado no salário de contribuição, valor que é atualizado periodicamente. Para o adquirir direito, o último salário de contribuição do segurado — ou, para prisões ocorridas após janeiro de 2019, a média dos últimos 12 salários — deve ser igual ou inferior ao teto estipulado pelo INSS (BRASIL, 2019). Apesar disso, muitos pedidos são indeferidos com a justificativa de que a renda ultrapassa o limite permitido. Contudo, para segurados desempregados com prisão anterior à mudança normativa de 2019, esse teto não se aplica, o que pode possibilitar sua concessão.

É ainda imprescindível que os dependentes do segurado compareçam ao Instituto de Previdência citado acima a cada três meses para comprovar que o recluso permanece recolhido no estabelecimento prisional e não se encontra em situação de fuga.

Da duração do Auxílio-Reclusão

Outro fator que merece grande atenção é o prazo de duração deste auxílio, quando se coloca em perspectiva que ele não é equivalente à duração da pena, dependendo diretamente da idade do dependente na data da prisão. Sendo assim, para os dependentes menores de 21 anos, o auxílio terá duração máxima de 03 anos (Brasil, 2019), para aqueles que têm entre 21 e 26 anos, o auxílio terá duração de 06 anos, para aqueles que têm entre 27 e 29 anos, 10 anos, 30 e 40 anos, 15 anos, 41 e 43, 20 anos e, a partir dos 40 anos, o benefício será vitalício, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1. Como a idade interfere na duração máxima do auxílio-reclusão

IDADE DO DEPENDENTE NO MOMENTO DA PRISÃO	DURAÇÃO MÁXIMA
Menor de 21 anos	03 anos
Entre 21 e 26 anos	06 anos
Entre 27 e 29 anos	10 anos
Entre 30 e 40 anos	15 anos
Entre 41 e 43 anos	20 anos
A partir de 44 anos	Vitalício

Fonte: Tabela elaborada pelos autores com base nas hipóteses do art. 77, § 2º da Lei nº 8.213/91.

Da suspensão do auxílio-reclusão

O auxílio-reclusão será cessado nas seguintes situações: extinção da última cota familiar; concessão de aposentadoria ao segurado, ainda que este esteja privado de liberdade ou detido; falecimento do segurado ou do beneficiário — hipótese em que o benefício poderá ser convertido em pensão por morte —, perda da condição de dependente e, sobretudo, na data da soltura do segurado.

Do auxílio-reclusão durante o governo Bolsonaro

É fato que o auxílio-reclusão foi bastante criticado e ameaçado durante o governo Bolsonaro, que realizou mudanças nas regras para sua concessão, restringindo ainda mais o acesso durante seu mandato. O ex-presidente fez com que entre 2018 e 2022, a quantidade de auxílios concedidos caísse 56%. Enquanto, em 2018, 45,4 mil famílias foram amparadas pelo programa, em 2022, o número foi de 19,8 mil. O menor índice foi em 2020, com o total de 13,3 mil auxílios².

Os estigmas acerca da temática se manifesta em depoimentos como o de Sérgio Pinto Martins³, quando ele ressalta que o auxílio reclusão é um benefício que deveria ser extinto,

² SANTOS, Daniela. Auxílio-Reclusão é pago para apenas 3% dos presos no Brasil. Metrôpoles, 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/auxilio-reclusao-e-pago-para-apenas-3-dos-presos-no-brasil#>. Acesso em: 02 jun 2023.

³ MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da seguridade social. 22a ed. São Paulo: Atlas, 2005. RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. (2008). Direito previdenciário esquematizado. São Paulo: QuartierLatin. 407 p.

utilizando como respaldo para seu comentário que é o próprio preso quem deveria arcar com as consequências de sua prisão, e não a sociedade financiar um benefício destinado à família do recluso, como se este já não estivesse privado de liberdade. Tal posicionamento, infelizmente, reflete a opinião de uma parcela significativa da população brasileira, reforçando preconceitos e afastando-se a compreensão constitucional acerca da garantia dos direitos sociais e humanos. Além do que, declarações dessa natureza reforçam a ideia de que a pena poderia deliberadamente ultrapassar a pessoa do réu, tendo em vista que os principais afetados pela extinção do auxílio seriam os seus dependentes.

Além disso, o ex-presidente Bolsonaro também propagou diversas informações falsas tangentes ao benefício, prejudicando ainda mais sua reputação em todo o país e contribuindo para a construção social da imagem de que este fora criado com a finalidade exclusiva de sustentar criminosos em detrimento do trabalho duro desenvolvido pelo cidadão de bem, que trabalha arduamente a fim de prover o sustento de sua família, chegando a ser pejorativamente denominado por seus apoiadores como “bolsa bandido”. Diante disso, faz-se necessário destacar os pontos elencados abaixo:

O dinheiro utilizado para o pagamento deste tipo de benefício não é recolhido indiscriminadamente do bolso de todos os cidadãos brasileiros, sem restrição. Na verdade, o montante é retirado dos cofres da Previdência Social, que por sua vez são abastecidos a partir da contribuição de seus segurados. O dinheiro dos impostos embutidos em produtos e serviços consumidos em sociedade não são destinados para esse fim. Logo, os contribuintes restringem-se tão somente àqueles empregados registrados ou autônomos que pagam o INSS. Portanto, a máxima de que todo cidadão residente no Brasil corrobora com a perpetuação da alta taxa de criminalidade é, no mínimo, equivocada.

Outrossim, frisando-se o pensamento estabelecido em outras oportunidades, os beneficiários são exclusivamente os dependentes aptos e não os indivíduos que foram acometidos pela pena, aclarando-se o fato de que a Previdência Social é uma espécie de seguro e por conseguinte, só gera direito de gozá-lo quem por ele paga. Na mesma seara, o valor devido não é proporcional à quantidade de dependentes, isto é, não existe escala ou tabela com montantes acrescidos pelo quantitativo de pessoas existentes no núcleo familiar solicitante, em razão de existir um valor único já convencionado.

Do auxílio reclusão rural

O auxílio-reclusão rural é um benefício destinado aos dependentes do trabalhador rural que se encontra em regime fechado; para sua concessão, é necessário que o segurado tenha 24 meses de atividade rural reconhecida pelo INSS, esteja cumprindo pena em regime fechado ou, no caso de prisão em regime semiaberto, até 17 de janeiro de 2019; que a média das suas contribuições nos 12 meses anteriores à prisão esteja dentro do limite estabelecido pela legislação; e por fim, também como critério eliminatório, que não receba salário ou qualquer benefício do INSS durante o período de reclusão.

Do financiamento do auxílio-reclusão

O financiamento da Seguridade Social está previsto no art. 195 da Constituição Federal (Brasil, 1988) como um dever imposto a toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais. No entanto, além do texto constitucional, há também outras fontes que tratam acerca desse assunto, como as leis complementares, usadas para financiar novos benefícios e serviços ou para manter/alterar os já existentes.

De mais a mais, o custeio mencionado, dá-se através do sistema contributivo, ou seja, todos aqueles que compõem a sociedade devem colaborar para a cobertura dos riscos provenientes da perda ou redução da capacidade de trabalho ou dos meios de subsistência, tratando-se de uma relação estatutária, tendo em vista que o segurado é compelido a contribuir,

logo, não possui a faculdade de negar-se a cumprir com suas obrigações, com exceção dos segurados especiais.

Como último arremate, insta reforçar a inteligência suscitada em parágrafos anteriores no que se relaciona à questão do “dinheiro público” ser a válvula que provê o sustento para a perpetuação de atividades criminosas, bem como o acréscimo substancial destes em sociedade, realçando o fato de que este benefício é apenas um retorno à contribuição prestada pelo próprio cidadão encarcerado, não tratando-se de privilégio pelo cometimento de ilícitos, sendo inclusive sua concessão restrita pelos requisitos impostos, a fim de que beneficie apenas àqueles que necessitam dessa assistência.

Conclusão

Com base em todos os aspectos apreciados neste artigo, conclui-se que o auxílio-reclusão é um direito direcionado exclusivamente aos dependentes dos segurados de baixa renda, por isso, deve ser invocado por todos os que dele necessitam e fazem jus, mostrando assim, que o Estado não é alheio às situações sociais contemporâneas, tendo em vista que, por meio desse benefício, ele assiste aos indivíduos que figuram como cidadãos carentes desamparados por terem perdido o mantenedor do lar, cujo salário, muitas vezes, era o principal meio de sustento familiar. Por esse motivo, a pessoa que se restar prejudicada ante a ausência do provedor familiar em decorrência de encarceramento, pode e deve buscar a proteção do Estado enquanto ente responsável, se cumpridos todos os requisitos por ele apresentados.

Desta forma, boa parte dos brasileiros questionam-se relativamente à temática, principalmente quando colocado em perspectiva os inúmeros equívocos existentes em torno de si. Por exemplo, neste cenário, o debate mais frequente é: existe justiça no ato de instituir e efetivar o pagamento deste benefício? Considerando que a opinião majoritária dos brasileiros percebe o sistema prisional como uma espécie de máquina de tortura e vingança e não como um caminho para a obtenção da justiça, a continuidade deste benefício não seria considerada justa, todavia, à luz do direito e das garantias constitucionais, o benefício é indispensável.

Por fim, é preciso estabelecer o entendimento de que o intuito da pena é ressocializar o criminoso, logo, em teoria, se faz necessário que os indivíduos retornem à sociedade melhor do que quando foram isolados dela. No entanto, converge o efeito contrário nas prisões brasileiras em razão da resistência à reabilitação dos presos tanto pelo público externo quanto pelo público interno das prisões, de modo que os apenados findam sua jornada no sistema reeducados não para o convívio pacífico em sociedade, mas para a prática de crimes mais graves e violentos, geralmente filiando-se à facção “X” ou “Y”. Contudo, essa realidade não deve lesar ou ferir direitos constitucionais e menos ainda o direito da pessoa existir com dignidade, tendo acesso aos recursos básicos de educação, saneamento, alimentação, saúde e previdência social, que são fornecidos, muitas vezes, através desse instrumento do Estado que concede à assistência necessária para sua usufruição.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Da Seguridade Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 24.615, de 9 de julho de 1934 de 9 de julho de 1934**. Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24615-9-julho-1934-526837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei 3.807 de 26 de agosto de 1960**. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3807.htm. Acesso em: 11 de jun de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019.** Período de Carência. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. **Ministério da Previdência Social.** Auxílio-reclusão: entenda como funciona esse benefício.

CHIES, Luiz. PASSOS, Rodrigo. **Auxílio-reclusão: o instituto mal(mau)dito das políticas sociais com as políticas penais.** Revista Sociedade e Estado. Volume 30 Número 3, p. 705-725, dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/vMqFHGj6rCpt6PR9vdJBQtn/?lang=pt>. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/auxilio-reclusao-entenda-como-funciona-esse-beneficio>. Acesso em: 09 jun 2023.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social.** 22a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

RIBEIRO, Juliana de Oliveira Xavier. (2008). Direito previdenciário esquematizado. São Paulo: QuartierLatin. 407 p.

PAIVA, Juliana. **Auxílio-Reclusão: um direito restrito.** Revista Katálysis. Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 120-129, jan./jun. 2014.

PARISOTTO, Rafaela. **A verdade sobre a “bolsa-bandido”.** Jusbrasil, 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-verdade-sobre-a-bolsa-bandido/198791049>. Acesso em 10 jun 2023.

Pinheiro, L. L. C., Giló, L. M., Filho, L. F. J., de Freitas Lima, T., da Silva, T. S., & da Silva, A. A. **Auxílio-reclusão: a desmistificação de estigmas.**

RIBEIRO, Diego. **Auxílio-Reclusão: Tudo Que Você Precisa Saber em 2023.** Diego Ribeiro Advocacia Previdenciária, 2023. Disponível em: <https://diegoribeiro.adv.br/auxilio-reclusao-inss/#:~:text=No%20entanto%20atualmente%20para%20o,dura%C3%A7%C3%A3o%20de%20apenas%204%20meses>. Acesso em: 03 de jun de 2023.

SANTOS, Daniela. Auxílio-Reclusão é pago para apenas 3% dos presos no Brasil. Metrôpoles, 21 jan. 2023. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/brasil/auxilio-reclusao-e-pago-para-apenas-3-dos-presos-no-brasil>. Acesso em: 26 maio 2025.

Recebido em 16 de janeiro de 2024.
Aceito em 30 de abril de 2025.